

**Ensino superior e trabalho na crise econômica:
a inserção em ocupações não típicas**

Cesar Augusto Andaku¹

Leandro Horie²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a inserção dos trabalhadores com ensino superior, em ocupações consideradas típicas para esse nível de escolaridade, no mercado de trabalho brasileiro durante a recente crise econômica. Conclui-se que, apesar do aumento proporcional e absoluto do número de trabalhadores com ensino superior, entre 2014 e 2017, no contingente de ocupados, o acréscimo em ocupações típicas para essa escolaridade foi menor.

Palavras-chave: mercado de trabalho, ensino superior, ocupações típicas

ABSTRACT: This article aims to analyze the insertion of workers with higher education in occupations considered typical for this level of education in the Brazilian labor market during the recent economic crisis. It is concluded that, despite the proportional and absolute increase in the number of workers with higher education, between 2014 and 2017, in the number of employed, the increase in typical occupations for this education was lower.

Key words: labor market, University education, typical occupations

Classificação JEL: J21, J01, J62

¹ Mestre em Desenvolvimento Econômico e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas, atualmente é economista no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

² Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Econômico e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas, atualmente é economista no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Introdução

A crise econômica que assolou o Brasil nos últimos anos afetou de forma profunda o mercado de trabalho, tanto em termos quantitativos, da ocupação e da desocupação, quanto em termos qualitativos da composição desses contingentes. Do ponto de vista do desemprego, destaca-se, principalmente, o aumento do chamado desemprego de longo prazo. Em relação à ocupação, o aumento da informalidade foi a principal característica no período recente.

Contudo, outra mudança percebida na estrutura ocupacional é a de “rebaixamento” dos trabalhadores com ensino superior em funções que não exigem tal nível de qualificação. Se, de um lado, houve uma degradação da estrutura produtiva no país, aliada à redução do emprego formal, por outro sabe-se que houve elevação no contingente de pessoas com ensino superior a partir de meados dos anos 2000³. Com isso, identificou-se um déficit de postos de trabalho que exigem o nível o mais de alto de escolarização em relação ao número de pessoas que já possuem esse nível.

O presente artigo visa justamente analisar essa relação, observando os ocupados com ensino superior completo que não estão trabalhando em ocupações “típicas” para esse nível de escolaridade. Para isso, o estudo está dividido em mais três partes, além desta introdução. Na primeira, será apresentado um panorama geral do mercado de trabalho nos últimos anos, principalmente a partir da crise econômica. Em seguida, é analisada a inserção das pessoas com ensino superior na ocupação, em funções típicas e não típicas para esse nível de escolaridade. Por fim, são feitas as considerações finais.

A evolução do mercado de trabalho no período da crise econômica

³ SAVIANI, D. A. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. Revista Poiesis Pedagógica (UFG), Catalão (GO), v.8, n.2, 2010, p. 4-17. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>.

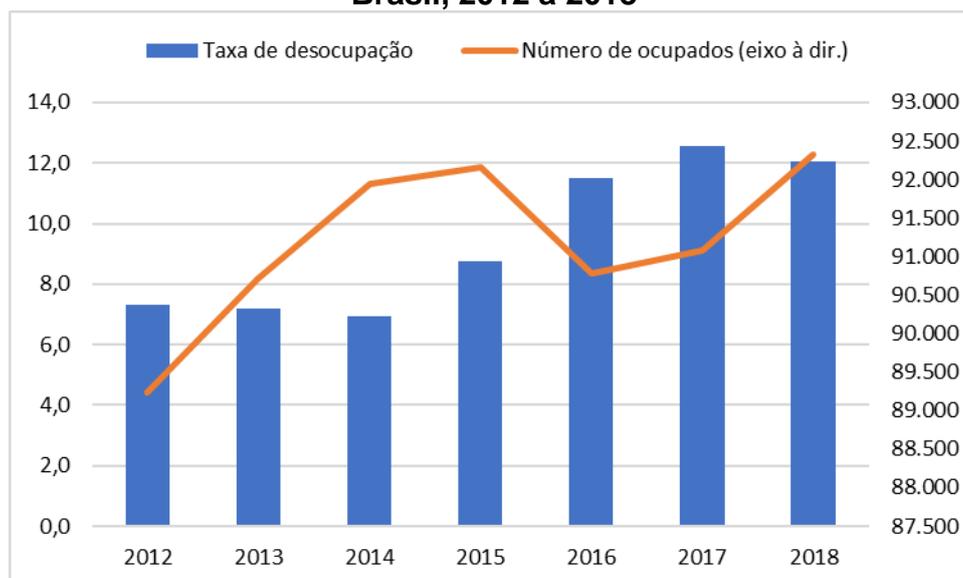
DA SILVA, L.F.S.C & PEREIRA, T.I. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização (Dossiê Os Anos Lula). Revista Debates - UFRGS, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul-dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/16316/10573>

AGUIAR, V. Um Balanço das políticas do governo Lula para educação Superior: continuidade e ruptura. Revista de Sociologia e Política (UFPR). Curitiba, v.24, n.16, mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100113 (2016)

A crise econômica passou a incidir no mercado de trabalho a partir da segunda metade de 2014, quando se observa a piora de seus principais indicadores, mas se intensifica principalmente em 2015 e 2016.

A taxa de desocupação média, que em 2014 ficou em 6,9%, aumentou rapidamente nos anos seguintes, até atingir 12,5% em 2017, apresentando pequeno recuo em 2018, a 12,0%. O número de ocupados atingiu, 92,1 milhões em 2015, depois recuou para 90,8 milhões em 2016 e teve pequena elevação para 91,0 milhões no ano seguinte (Gráfico 1).

Gráfico 1
Taxa de desocupação (%) e número de ocupados (em mil pessoas)
Brasil, 2012 a 2018



Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Quando se analisa a ocupação segundo o grau de instrução dos trabalhadores, percebe-se que houve aumento no número de ocupados com escolaridade mais alta, e redução entre aqueles com menor escolaridade (Tabela 1).

Entre 2014 e 2017, período mais intenso da crise econômica, o número de ocupados de menor escolaridade, quais sejam, aqueles que não tinham sequer o ensino médio completo diminuiu de 43,9 milhões para 39,3 milhões, redução de 4,6 milhões de pessoas. Já entre

aqueles com pelo menos ensino médio completo, o número aumentou de 48,0 milhões para 51,8 milhões, elevação de 3,8 milhões de pessoas.

Considerando apenas as pessoas com ensino superior completo, o número de ocupados com esse grau de instrução passou de 14,7 milhões para 16,9 milhões, aumento de 2,2 milhões.

Finalmente, na passagem de 2017 para 2018, houve aumento de quase 1,3 milhão de ocupados, sendo que os grupos com maior escolaridade tiveram elevação de 2,4 milhões de pessoas, e os de menor, redução de quase 1,2 milhão. Ou seja, desde o início da crise econômica os grupos de maior escolaridade saíram-se relativamente melhor que aqueles com escolaridade mais baixa, em termos de se conseguir um trabalho.

TABELA 1
Número de ocupados, segundo grau de instrução (em mil pessoas)
Brasil, 2012 a 2018

Grau de instrução	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	3.211	3.056	2.838	2.811	2.749	2.380	2.109
Fundamental incompleto ou equivalente	26.373	26.070	25.436	24.543	23.014	22.757	22.102
Fundamental completo ou equivalente	9.631	9.838	9.822	9.509	8.443	8.033	7.801
Médio incompleto ou equivalente	5.804	5.836	5.814	5.922	5.638	6.116	6.095
Médio completo ou equivalente	26.820	27.723	28.399	28.815	29.311	29.696	30.236
Superior incompleto ou equivalente	4.583	4.658	4.906	5.073	4.924	5.193	5.577
Superior completo	12.811	13.534	14.729	15.489	16.697	16.898	18.413
Total	89.233	90.715	91.945	92.163	90.776	91.073	92.333

Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

A inserção de trabalhadores com ensino superior em ocupações típicas e não típicas

Analisando-se apenas os ocupados com ensino superior completo, nota-se que houve evolução da ocupação, mesmo durante o período de crise, em quase todos os grandes grupos ocupacionais (Tabela 2).

Como uma *proxy* do que se pode considerar uma ocupação típica para aqueles que têm ensino superior completo, os grupos ocupacionais de *Diretores e gerentes* e *Profissionais das ciências e intelectuais* tiveram aumento no número de ocupados, entre 2014 e 2017, de

cerca de 135 mil pessoas no primeiro e 685 mil no segundo. Contudo, percebe-se que nos demais grupos, o aumento foi de 1,3 milhão de pessoas. Ou seja, dos quase 2,2 milhões a mais de ocupados com ensino superior completo, 819 mil (37,8%) foram em ocupações que exigiam tal titulação, e outros 1,3 milhão (62,2%) conseguiram trabalho que exigia somente até o ensino médio.

Já na passagem de 2017 para 2018, houve aumento de 1,5 milhão de ocupados com ensino superior completo, sendo que 803 mil (53,0%) foram em ocupações que não exigiam tal formação e outros 712 mil (47,0%) em ocupações típicas.

TABELA 2
Número de ocupados com ensino superior completo, segundo grupo ocupacional (em mil pessoas)
Brasil, 2012 a 2018

Grupo ocupacional	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Diretores e gerentes	1.681	1.810	1.954	2.051	2.207	2.088	1.974
Profissionais das ciências e intelectuais	6.675	7.095	7.633	7.783	8.245	8.318	9.145
Demais grupos	4.455	4.630	5.142	5.655	6.245	6.492	7.295
Total	12.811	13.534	14.729	15.489	16.697	16.898	18.413

Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Quando se observa algumas ocupações que não exigem o ensino superior, percebe-se o aumento mais significativo justamente no número de ocupados com o superior completo. Entre 2014 e 2017, como visto, o número de ocupados com ensino superior aumentou 14,7%, mas na ocupação de *Vendedores a domicílio*, por exemplo, o aumento foi de 188,1% (Tabela 3).

Entre os *Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes* o aumento no número de ocupados com superior completo foi de 124,6% e continuou crescendo em 2018. Chama a atenção também os casos de *Profissionais de nível médio de enfermagem e do direito e serviços legais afins*, claramente ocupações de nível médio, onde houve aumento substancial do número de ocupados com ensino superior. No primeiro, elevação de 102,1%, e no segundo, 34,2%. Entre os *Profissionais de nível de médio de enfermagem*, em 2014, 9,6% possuíam superior completo, e, em 2017, 13,0%, aumentando para 14,9% em 2018.

TABELA 3
Número de ocupados total e com ensino superior completo,
segundo ocupações selecionadas (em mil pessoas e variação em %)
Brasil, 2014, 2017 e 2018

Ocupação	2014		2017		2018		Var. 2017-2014	
	Total	Superior completo	Total	Superior completo	Total	Superior completo	Total	Superior completo
Escriturários gerais	3.373	818	3.140	944	3.619	1.146	-6,9	15,5
Vendedores a domicílio	796	49	1.417	141	1.741	221	78,0	188,1
Secretários executivos e administrativos	246	106	436	184	175	97	76,8	74,4
Comerciantes de lojas	2.523	275	2.891	346	3.197	442	14,6	26,0
Balconistas e vendedores de lojas	4.368	257	3.921	323	3.468	286	-10,2	25,6
Profissionais de nível médio de enfermagem	616	59	923	120	930	139	49,9	102,1
Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes	1.511	47	1.503	105	1.799	134	-0,5	124,6
Profissionais de nível médio do direito e serviços legais e afins	308	160	407	215	413	211	32,0	34,2
Cozinheiros	1.256	35	1.475	83	1.478	86	17,4	135,5
Secretários (geral)	539	113	585	156	534	171	8,5	38,3
Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos	2.562	30	2.402	65	2.488	58	-6,3	117,7
Outras ocupações	73.847	12.780	71.974	14.215	72.492	15.422	-2,5	11,2
Total	91.945	14.729	91.073	16.898	92.333	18.413	-0,9	14,7

Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

O rendimento médio dos ocupados diminuiu 3,4%, em termos reais, entre 2014 e 2017. Todavia, nota-se que a redução do rendimento foi mais intensa para os ocupados com maior escolaridade, com destaque para aqueles com ensino superior completo (-9,0%), ao passo que para os com ensino médio completo (-8,2%) e fundamental completo (-7,5%) foram inferiores (Tabela 4).

Duas hipóteses podem ser levantadas dessa questão. A primeira é que o aumento do número de ocupados com ensino superior completo em ocupações que não demandam tal formação faz diminuir o rendimento médio desse grupo. Outra possibilidade é a influência do salário mínimo, e sua política de valorização que vigorou no período analisado, que impediu que os salários mais baixos, que em geral são referenciados no próprio salário mínimo sofressem perdas maiores.

TABELA 4
Rendimento médio real habitual dos ocupados, segundo grau de instrução
(em R\$ de 2018 e variação em %)
Brasil, 2014 e 2017

Grau de instrução	2014	2017	Varição
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	875	837	-4,4
Fundamental incompleto ou equivalente	1.264	1.203	-4,8
Fundamental completo ou equivalente	1.533	1.417	-7,5
Médio incompleto ou equivalente	1.375	1.319	-4,0
Médio completo ou equivalente	1.860	1.704	-8,4
Superior incompleto ou equivalente	2.333	2.141	-8,2
Superior completo	5.222	4.751	-9,0
Total	2.184	2.110	-3,4

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Deflator: INPC-IBGE

De fato, o rendimento médio dos ocupados com ensino superior, em termos reais, era maior que dos demais ocupados em todos os grupos ocupacionais, em 2014 e 2017. Porém, nota-se que este grupo teve perdas superiores ao total, a exceção do grupo de *Diretores e gerentes* (-1,8%), em que ambos tiveram a mesma intensidade independente do nível de instrução. Entre os *Profissionais das ciências e intelectuais*, enquanto os ocupados com superior completo tiveram o rendimento médio reduzido em 6,5%, no total dos ocupados desse grupo a perda foi de 3,2% (Tabela 4).

Por fim, chama a atenção a perda de rendimento daqueles com superior completo nos demais grupos ocupacionais de 13,9%, sendo essa perda menor quando considerado o grupo como um todo (-4,3%). Neste caso, o fato de ter aumentado o número de pessoas com ensino superior nessas ocupações não típicas, pode ser interpretado como o aumento da oferta desse tipo de mão de obra, rebaixando salários desse grupo. Ademais, aqueles que estavam nessas ocupações, mas com escolaridade mais baixa e com rendimentos já menores, sofreriam menos perdas, proporcionalmente.

TABELA 4
Rendimento médio real habitual dos ocupados com ensino superior, segundo grupos ocupacionais
(em R\$ de 2018 e variação em %)
Brasil, 2014 e 2017

Grupo ocupacional	2014		2017		Variação	
	Total	Superior completo	Total	Superior completo	Total	Superior completo
Diretores e gerentes	5.385	7.583	5.289	7.450	-1,8	-1,8
Profissionais das ciências e intelectuais	4.763	5.403	4.610	5.052	-3,2	-6,5
Demais grupos	1.675	4.046	1.602	3.485	-4,3	-13,9
Total	2.184	5.222	2.110	4.751	-3,4	-9,0

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Deflator: INPC-IBGE

Considerações finais

As mudanças ocorridas no Brasil, a partir da crise econômica, mostram o grau de deterioração produtiva e do mercado de trabalho nos últimos anos. A rápida e intensa contração da atividade econômica fez aumentar consideravelmente o desemprego e fechou postos de trabalho, principalmente aqueles com carteira de trabalho assinada. A pequena melhora da ocupação, mais recentemente, tem se dado especialmente em trabalho informais e menos protegidos pela legislação trabalhista e pelo sistema de seguridade social.

Os trabalhadores com ensino superior também não passaram incólumes à crise do emprego no Brasil. O número de ocupados com o ensino superior completo aumentou ao longo do período analisado, enquanto daqueles com menor escolaridade diminuiu. Porém,

observou-se que somente uma pequena parte desse trabalhador mais escolarizado conseguiu trabalho em ocupações que, de fato, demandavam tal titulação. Ou seja, com menos postos de trabalho em ocupações típicas para esse grupo, estes ofertavam sua força de trabalho em ocupações que demandavam conhecimento de até ensino médio. Do ponto de vista do empregador, essa situação é favorável na medida em que pode contratar pessoas mais qualificadas para postos e funções que não exigem tal escolaridade, a salários rebaixados.

Não à toa, observou-se que as pessoas com ensino superior tiveram perdas no rendimento de forma intensa que aquelas com escolaridade mais alta. Isso deve ter sido resultado do movimento de “rebaixamento” de funções e ocupações para trabalhos não típicas de ensino superior e também porque as ocupações de menores rendimentos são, muitas vezes, referenciadas no salário mínimo, diminuindo as perdas no período analisado. Nota-se, conseqüentemente, que a parcela de pessoas com menor escolaridade, mais vulneráveis nesse sentido, correm mais risco de serem expulsas do mercado de trabalho, tendo dificuldades de reinserção.

Por fim, notou-se que os dados analisados de 2018 mantiveram a tendência aferida no período anterior, sugerindo que, apesar da atividade econômica ter se estabilizado e estar crescendo em ritmo lento, a deterioração do mercado de trabalho deixou marcas profundas difíceis de serem revertidas.